

CRUZAMENTOS: A PROSTITUIÇÃO E OS FEMINISMOS NEGRO E DESCOLONIAL

Carolina Camarotto Mendonça³

Resumo: Este ensaio procura apontar algumas aproximações e distanciamentos entre o movimento de prostitutas brasileiro e os feminismos negro e descolonial. O debate sobre a prostituição e o movimento de prostitutas ainda é pequeno na América Latina e Caribe, assim como dentro do feminismo negro e descolonial, mas algumas aproximações e distanciamentos podem ser distinguidos. Foram abordados nesse ensaio três pontos: condições precárias de reprodução material, sexualização de corpos e silenciamento de vozes. Trata-se de um esforço intelectual que parte das pautas e atuações do movimento de prostitutas e das teorizações feministas. Na realidade brasileira, na cidade de Campinas - SP, a Associação Mulheres Guerreiras de profissionais do sexo realiza importantes parcerias com grupos de mulheres feministas negras. Pretende-se dar alguns passos para estabelecer esta parceria também nas teorizações feministas.

Palavras chave: Feminismo negro; Feminismo Descolonial; Prostituição; Movimento de prostitutas.

CRUZAMIENTOS: LA PROSTITUCIÓN Y LOS FEMINISMOS NEGRO Y DESCOLONIAL

Resumen: Este ensayo busca apuntar algunas aproximaciones y distanciamientos entre el movimiento de prostitutas brasileño y los feminismos negro y descolonial. El debate sobre la prostitución y el movimiento de prostitutas sigue siendo pequeño en América Latina y el Caribe, así como dentro del feminismo negro y descolonial, pero algunas aproximaciones y distanciamientos pueden ser señalados. Se abordaron en este ensayo tres puntos: condiciones precarias de reproducción material, sexualización de cuerpos, y silenciamiento de voces. Se trata de un esfuerzo intelectual que parte de las pautas y actuaciones del movimiento de prostitutas y de las teorizaciones feministas. En la realidad brasileña, en la ciudad de Campinas - SP, la Asociación Mulheres Guerreiras de profesionales del sexo realiza importantes alianzas con grupos de mujeres feministas negras. Se pretende dar algunos pasos para establecer esta asociación también en las teorizaciones feministas.

Palabras claves: Feminismo negro; Feminismo Descolonial; Prostitución; Movimiento de prostitutas.

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas, ca.mendonca@gmail.com.

Introdução

Este ensaio procura apontar algumas aproximações e distanciamentos entre o movimento de prostitutas brasileiro e os feminismos negro e descolonial. O debate sobre a prostituição e o movimento de prostitutas ainda é pequeno no Brasil, assim como dentro dos feminismos, mas algumas aproximações e distanciamentos podem ser distinguidos. Foram abordados neste ensaio três pontos: condições precárias de reprodução material, sexualização de corpos e silenciamento de vozes. Tais apontamentos não possuem um caráter determinista, já que os movimentos sociais estão em constante transformação e construção. O objetivo desta tentativa é estimular a articulação entre os feminismos e a prostituição. A articulação entre o movimento de prostitutas e o feminismo é fundamental para o fortalecimento deste. É no acolhimento da diferença entre as mulheres, na energia criativa deste processo, na crítica à categoria universalista e homogênea de mulher, que surge a força transformadora feminista (LORDE, [1979]). O feminismo branco, que trata da opressão que sofre a mulher branca de classe média europeia/estadunidense, é insuficiente para responder às opressões de todas as mulheres, e, especialmente, é insuficiente para responder às questões da prostituição de mulheres na América Latina.

Diversas feministas negras, desde Sojourne Truth vêm questionando essa "imagem feminina" disseminada pela teoria feminista, as mulheres negras não são ligadas à fragilidade, ao casamento, à família. Sueli Carneiro (2002), a partir desse processo, aponta para a mulher negra enquanto a "antimusa", enquanto oposto do padrão de beleza, enquanto fora do mercado afetivo relacional. Em posição muito parecida estão as prostitutas, também de fora do mercado afetivo relacional, sexualizadas e "antimusas". Góes (2017b) lembra a importância da "ciência" analisando características físicas dos dois grupos, da população negra e de prostitutas, para explicar seu comportamento desviante, provando sua animalidade, sua não-humanidade.

As opressões que enfrentam as prostitutas e as mulheres negras e latino-americanas são parte da mesma força, do patriarcado racista que vivemos. No cotidiano, nas experiências de vida das mulheres, é quase impossível encontrar uma opressão pura, ela vem misturada, entrelaçada, com outras opressões, sejam de gênero, raça, classe, sexualidade, idade, nacionalidade (BRAH, PHOENIX, 2017; GONZALEZ, 1984; KERNER, 2012). O que evidencia a necessidade de pensar a partir da interseccionalidade, a partir do cruzamento das diversas opressões que recaem às

mulheres. Como a experiência de gênero é socialmente construída, em cada contexto regional a experiência das mulheres pode variar, a opressão se traduz de diferentes formas, de acordo com a história, as tradições, e o contexto sócio-econômico da comunidade.

Para descolonizar o conhecimento, temos que entender que todos/as nós falamos de tempos e de lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas. Não existem discursos neutros. Quando acadêmicos/as brancos/as afirmam ter um discurso neutro e objetivo, eles/as não estão reconhecendo que também escrevem a partir de um lugar específico que, naturalmente, não é neutro nem objetivo, tampouco universal, mas sim dominante. Eles/as escrevem a partir de um lugar de poder. (KILOMBA, [2016], p. 17)

Dessa forma se faz necessário refletir sobre o uso de teorias importadas, que foram formuladas em um contexto diferente do qual serão utilizadas. Oyèrónké Oyèwùmí (2004), por exemplo, defende que a categoria gênero como forma de opressão não se aplica ao contexto de comunidades africanas, a teorização feminista fortemente influenciada pelos contextos europeus é baseada em um modelo de família nuclear que não é o predominante na realidade africana. Para Oyèwùmí (2004) outras categorias de diferenciação, a idade por exemplo, tomam mais importância no contexto africano do que as diferenças de gênero. Maria Lugones (2014) também entende que a categoria gênero não descreve as relações estabelecidas na América antes do encontro colonial. Para ela, é a colonização que traz a diferenciação hierarquizante entre homens e mulheres para os povos colonizados, constituindo a “colonialidade do gênero”. Tal posicionamento não é consensual entre as feministas africanas ou latino-americanas. Mina Salami (2017), por exemplo, defende que não houve um momento na história em que as mulheres não estavam em desvantagem em relação aos homens da mesma comunidade. Sendo assim, para Salami (2017), mesmo antes do encontro colonizador as mulheres estavam em situações de desvantagens em relação a homens de um mesmo contexto, justificando a necessidade de se pensar em desigualdades de gênero antes do encontro colonial. Rita Segato (2011) faz a mesma reflexão a partir das comunidades latino americanas. Para Segato (2011) a colonização agravou as diferenças de gênero, mudou radicalmente a maneira pela qual as comunidades lidavam com a diferença, mas a desigualdade já existia nas comunidades antes do encontro colonial.

Apesar da divergência sobre o momento no qual as desigualdades de gênero aparecem na América Latina, tanto Lugones (2014) quanto Segato (2011) entendem que na atualidade a categoria gênero enquanto forma de opressão faz sentido, a desvantagem existe, mas toma formas variadas de acordo com as particularidades da comunidade. A solução que encontraremos para vencê-la será uma solução conjunta, à luz de Audre Lorde [1979], para desmantelarmos a casa grande, precisamos da diversidade, da sua força criativa. Como argumenta Juliana Góes (2017b), entender as opressões das mulheres a partir da interseccionalidade, da combinação de opressões, significa um avanço na abordagem da prostituição. A prostituição, nesta perspectiva, não pode ser vista apenas pelo viés da sexualidade, ou apenas pela forma como o feminismo branco pensa a sexualidade, como se fosse resultado da dominação masculina. A prostituição também está envolvida em opressões de classe, de raça, de idade, e deve ser analisada em seu conjunto (GÓES, 2017b; JULIANO, 2005; PISCITELLI, 2008).

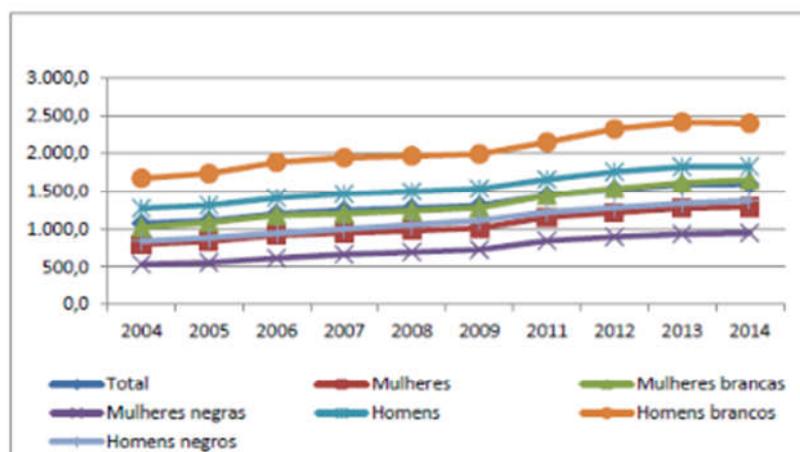
Este ensaio se propõe a pensar a prostituição além da dominação masculina, mas sem desconsiderá-la, amparando-se em elaborações dos feminismos negro e descolonial. Entende-se que estes feminismos trazem uma grande contribuição para as reflexões sobre as desigualdades de gênero, sobre o patriarcado, e as opressões que atingem as mulheres latino-americanas, e, em particular, as prostitutas brasileiras. Dentre os três pontos considerados – condições precárias de reprodução material, sexualização de corpos e silenciamento de vozes – a sexualização dos corpos das mulheres é o ponto que traz maior distanciamento entre os feminismos tratados e o movimento de prostitutas. O ponto sobre o silenciamento de vozes aproxima os feminismos negro e descolonial do movimento de prostitutas, pois partem de sujeitas cujas formulações são invisibilizadas. As condições precárias de reprodução material, o primeiro ponto a ser tratado aqui, relaciona tanto a formação das economias brasileiras e latino-americanas no capitalismo globalizado, quanto a divisão sexual e racial do trabalho e da riqueza.

1. Condições precárias de reprodução material

O Brasil passou por um processo de desenvolvimento marcado pela modernização com manutenção das estruturas coloniais, o desenvolvimento desigual e combinado (FERNANDES, 1975; GONZALEZ, 1984). A dinâmica dessas economias

latino americanas é então marcada por uma forte desigualdade social, trabalhadores muito pobres e uma burguesia enriquecida que imita os padrões de consumo das burguesias internacionais. O mercado interno é necessariamente restrito. E o campo é marcado por uma forte miséria, superexploração do trabalho, e uma população com dificuldade de acesso ao mercado (MARINI, 2012). Na economia, a nova indústria se desenvolveu associada ao arcaico trabalho escravo. E na sociedade, relações sociais arcaicas se mantiveram com novos arranjos trabalhistas. O senhor dono de escravos se tornou o patrão. O trabalho assalariado altera a superfície das relações entre senhor-escravo para patrão-trabalhador, mas a estrutura se mantém igual. O movimento negro vem há muito afirmando que a divisão de cor dessa relação se manteve igual (GONZALEZ, 1984). Trabalhadores negros, patrões brancos. A desigualdade de renda tem cor.

GRÁFICO 1 – RENDIMENTO MÉDIO DO TRABALHO PRINCIPAL DA POPULAÇÃO OCUPADA DE 16 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO E RAÇA/COR. BRASI, 2004 A 2014.



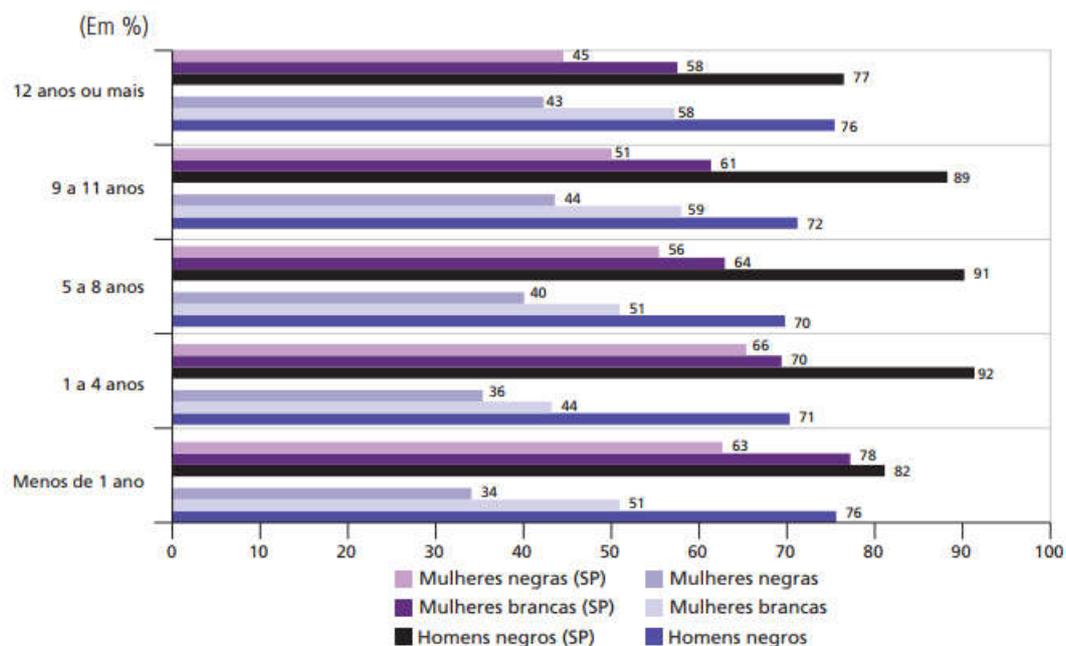
FONTE: IPEA (2016, p. 14)

A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativa ao ano de 2014 permite que se coloque em dados o problema: dos 1% mais ricos do Brasil 17,4% são negros; e dos 10% mais pobres do Brasil 76% são negros (VIEIRA, 2016). No gráfico 1 está demonstrado o movimento da renda média de homens e mulheres brancos e negros entre 2004 e 2014. Apesar da movimentação das rendas, a ordenação entre estas não se altera. O homem branco possui a maior renda média, e a mulher negra

a menor, com renda equivalente a 40% da renda média do homem branco em 2014 (IPEA, 2016).

O gráfico 2 mostra a gritante diferença entre o rendimento médio de mulheres brancas, negras e homens negros em relação a renda média do homem branco de acordo com os níveis de estudo em 2009. Segundo o gráfico 2, mesmo a mulher negra com 12 anos ou mais de estudo possui rendimento médio referente a 43% do homem branco com 12 anos ou mais de estudo. O homem negro possui maior rendimento que a mulher branca com os mesmos anos de estudo, como podemos ver no gráfico 2, mas pelo gráfico 1 vemos que a renda média da mulher branca é maior do que a do homem negro, o que nos mostra que as mulheres brancas em média possuem mais anos de estudo do que os homens negros. E, na outra ponta do gráfico 2, a mulher com menos de um (1) ano de estudo ganha 34% do que ganha um homem branco com menos de um (1) ano de estudo. Essa diferença salarial é resultado do patriarcado racista colonial. O gráfico 2 evidencia que a diferença salarial entre homens brancos e mulheres negras, brancas e homens negros não é resultado apenas de diferença de acesso à educação, pois mesmo com a mesma quantidade de anos de estudo a diferença salarial se mantém.

GRÁFICO 2 – RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NO TRABALHO PRINCIPAL FRENTE À RENDA DE UM TRABALHADOR BRANCO POR SEXO E COR OU RAÇA, SEGUNDO CATEGORIAS DE OCUPAÇÃO E ANOS DE ESTUDO (2009).



FONTE: IPEA (2016)

As mulheres e os homens negros, cada um à sua forma, são relegadas a trabalhos com menores remunerações, trabalhos mais desvalorizados e mais precarizados. Lélia Gonzalez (1984) nomeia de divisão racial do trabalho essa restrição aos postos de trabalho da população negra. A divisão racial e sexual do trabalho, articuladas, mostram a força do patriarcado racista em benefício do homem branco. A distribuição de bens materiais não acontece de maneira igualitária na população, e não é resultado de educação (anos de estudo), é resultado de fatores culturais que geram desigualdades de renda, é resultado da colonização.

A divisão sexual do trabalho associada à divisão racial do trabalho marcam as opções de renda das mulheres, relegando às mulheres não brancas os postos de trabalho precarizados, com condições precárias de reprodução material. Às mulheres negras restaram os trabalhos das antigas mucamas, de empregada doméstica, babá e prostituta. Angela Davis (2016) traz um histórico da alocação da mão-de-obra feminina negra depois da abolição da escravidão nos Estados Unidos, e mostra que as mulheres continuaram nas mesmas ocupações, principalmente no campo e no trabalho doméstico. Para Davis (2016), a dimensão servil dos postos de trabalho negro foi e ainda é marcante, especialmente nos serviços domésticos.

Junto com o trabalho doméstico, o trabalho informal, o telemarketing, entre tantos outros, a prostituição também se constitui enquanto um trabalho precarizado (PRADA, 2018). Existe uma grande variedade de serviços sexuais no mercado do sexo (PISCITELLI, 2005), que correspondem a diferentes relações de trabalho. A prostituição de rua e de pequenas casas é a parte mais precarizada desse mercado, com piores condições de trabalho, sem formalização e segurança dos direitos trabalhistas. A maior parte das trabalhadoras precarizadas são mulheres negras, e, assim, grande parte das prostitutas também o são. Entre as opções de trabalhos precarizados, muitas mulheres acabam se tornando prostitutas, até como uma resposta a formas de trabalho que essas mulheres entendem como mais precarizadas (GÓES, 2017b), afinal a prostituição é uma das poucas ocupações majoritariamente de mulheres que possui rendas elevadas, e que não exige alta qualificação.

O movimento de prostitutas surge e se mantém a partir de prostitutas que trabalham nas ruas e em pequenas casas de prostituição, que trabalham nas *zonas* e nas periferias das cidades (GÓES, 2017a; LEITE, 1992; MENDONÇA, 2016). São estas que são mais afetadas pela violência policial e da sociedade, são a parcela mais precarizada de trabalho do mercado do sexo. Exatamente em decorrência das condições materiais deste grupo, a principal pauta do movimento de prostitutas é a melhoria nas condições de trabalho, reivindicação que toma forma na proposta de regulamentação da prostituição como um trabalho.

2. Sexualização de corpos

O segundo ponto de cruzamento dos feminismos negro e descolonial com a prostituição é a sexualização dos corpos. O entendimento da prostituição é alvo de profundas discussões feministas e se divide entre ser considerada exclusivamente exploração sexual ou trabalho. O movimento de prostitutas entende como um trabalho. Piscitelli (2012) afirma que no Brasil um olhar negativo sobre a prostituição, associando-a a exploração sexual, surge nos escritos de Lélia Gonzalez quando começa a associar turismo sexual com racismo e tráfico de pessoas. Antes disso não havia um consenso claro sobre a questão, não chegava a ser muito debatida, mas o movimento de prostitutas era aceito como um movimento social (PISCITELLI, 2012). O tema da exploração sexual é fundamental para entender a formação brasileira, e está intimamente ligado com o racismo, com a dominação exercida sobre os povos colonizados, e as hierarquizações decorrentes da modernidade.

São suficientemente conhecidas as condições históricas que construíram a coisificação dos negros em geral e das mulheres em particular. E sabemos que em toda situação de conquista e dominação de um grupo humano sobre outro é a apropriação sexual das mulheres do grupo derrotado pelo vencedor que melhor expressa o alcance da derrota. É a humilhação definitiva imposta ao derrotado e momento emblemático de superioridade do vencedor. (CARNEIRO, 2002, p. 169).

A coisificação dos não-brancos é exemplo da “colonialidade do gênero” (LUGONES, 2014), é resultado da divisão entre “humano” e “não-humano”, que significa uma divisão entre “branco” e “não-branco” (LUGONES, 2014). A exploração sexual, como trazem Gonzalez (1984) e Carneiro (2002), é fundamental neste processo

de coisificação, de construção de não-humanidade, do processo colonizador. Foi construído um estereótipo sobre a sexualidade das mulheres negras pelo colonizador branco, que justificasse a exploração e o abuso sexual. As mulheres negras foram e são entendidas como mulheres dóceis, quentes, sensuais, sedutoras, boas de cama (CARNEIRO, 2002). Estereótipo que coloca essas mulheres em uma quase animalização, ligando-as à satisfação sexual, longe da emoção que é signo das mulheres brancas e longe da razão, signo do homem branco. A noção de servir se faz presente aqui, na exploração sexual das mulheres não-brancas, além de servir na esfera do trabalho exige-se servir na esfera sexual. O abuso sexual de escravas é característica marcante da escravidão, nos Estados Unidos e no Brasil. E o abuso sexual de trabalhadoras domésticas e de mulheres negras mantiveram-se, inclusive, no ambiente de trabalho.

Aqui se coloca outro tema da violência de gênero - o assédio sexual. Embora tratado como um debate novo em nossa sociedade, esse tipo de relação, como já vimos anteriormente, faz parte da tradição cultural que vem perpetuando até os nossos dias a prática impunemente tolerada de utilização das mulheres negras, especialmente as empregadas domésticas, como objetos sexuais destinadas à iniciação sexual dos jovens patrões ou diversão sexual dos mais velhos. (...) Note-se que estamos diante de um *continuum* histórico que passando da mucama à doméstica, mantém tradição de uso e abuso sexual da mulher negra (CARNEIRO, 2002, p. 178).

Como lembra Lélia Gonzalez (1984), o papel sexual desempenhado pelas mucamas não pode ser esquecido, assim como os assédios sexuais que permaneceram atingindo as mulheres não-brancas. A partir destas reflexões sobre a colonização e a maneira como as hierarquizações de gênero operam na América Latina, pode-se concluir que a prostituição é uma exploração sexual que garante o livre acesso dos homens aos corpos das mulheres, como defende a autora britânica Carole Pateman (1993), uma continuação da exploração sexual que acometia as mulheres negras, assim como a atividade doméstica se transformou no trabalho doméstico. Entender a prostituição como exploração e o trabalho doméstico como trabalho, significa que a sexualidade é o ponto chave. Este é o maior distanciamento, dos pontos abordados aqui, entre o movimento de prostitutas e as elaborações dos feminismos negro e descolonial.

O movimento de prostitutas não entende na prostituição a continuação da exploração sexual que acometiam as escravas. E defende que a prostituição é um

trabalho como qualquer outro, que não é uma exploração sexual quando realizado por maiores de idade, não coagidas e mediante pagamento acordado. Se diferenciando da exploração sexual sofrida por escravas negras. O Projeto de Lei Gabriela Leite (4211/2012) apresentado na Câmara dos Deputados por Jean Wyllys e escrito em parceria com o movimento de prostitutas, define prostituição como a prestação de um serviço sexual por pessoas maiores de 18 anos, livres de coerção, e mediante um pagamento pelo serviço.

A exploração sexual de crianças, às vezes chamada de prostituição infantil, é fortemente combatida pelo movimento de prostitutas. O assédio sexual de mulheres também é combatido pelo movimento de prostitutas. As mulheres prostitutas também não querem ser sexualizadas fora de seu ambiente de trabalho. Assim como o sindicato das trabalhadoras domésticas, o movimento de prostitutas quer garantir direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho. Enquanto movimentos sociais, em Campinas - SP, por exemplo, o sindicato de trabalhadoras domésticas e diversos outros coletivos populares feministas negros apoiam de perto as atividades da Associação Mulheres Guerreiras de profissionais do sexo, que reuniu ao seu redor uma rede feminista que atua na periferia da cidade (MENDONÇA, 2017, TAVARES, 2014, 2015).

A resposta imediata de que a prostituição é exploração sexual dos corpos das mulheres e deve ser proibida é simplista e insuficiente. Justamente o pensamento interseccional deve ser usado para observar as outras opressões e restrições de condições materiais que essas mulheres desviam quando optam pela prostituição. O contexto da prostituição e, inclusive, da imigração para fins de prostituição, muitas vezes significam resistências, escolhas de mulheres que entendem estarem em situações melhores do que nos trabalhos precarizados que encontraram fora da prostituição (GÓES, 2017b; MAYORGA, 2011; PISCITELLI, 2005; SILVA, BLANCHETTE, 2005). A questão merece uma análise mais aprofundada e em diálogo com o movimento de prostitutas.

3. Silenciamento de vozes

O terceiro ponto de encontro abordado neste ensaio é o silenciamento de vozes. Esse silenciamento também é resultado do processo de colonização tratado. A oposição

entre “humano” e “não-humano” que resulta na animalização dos povos colonizados, das pessoas “não-brancas”, também determina a produção de saber, a posição de detentores de conhecimento, determina quais as vozes que devem ser ouvidas, e quais devem ser silenciadas e deslegitimadas. O movimento feminista branco, como bem aponta Juliana Góes (2017a; 2017b), trata as prostitutas como as grandes vítimas de nossa sociedade, vítimas frágeis sem estudo e sem voz, assim como o fez, e ainda por vezes o faz, com as mulheres negras. Parte do movimento feminista posiciona-se enquanto contrário a uma regulamentação da prostituição, mas não dialoga com o movimento de prostitutas, não entende as prostitutas como agentes do debate, ou da luta política, mas unicamente como vítimas.

Mackinnon (2011) é uma boa representação de tal posicionamento, a autora defende que a prostituição é uma forma de comprar o consentimento para a relação sexual em situações nas quais as mulheres não possuem outras possibilidades para sua sobrevivência. Para Mackinnon (2011) a palavra consentimento é completamente inadequada, a prostituição é exploração sexual das mulheres, e as prostitutas são vítimas de abuso sexual. Mackinnon (2011) afirma, inclusive, que a defesa da prostituição como trabalho pelas prostitutas é resultado de Transtorno de Estresse Pós-Traumático, comum em vítimas de exploração sexual. O movimento de prostitutas seria então um movimento de vítimas de exploração sexual, comprometidas por Transtorno de Estresse Pós-Traumático. O posicionamento de Mackinnon (2011) deslegitima o movimento de prostitutas, afirma que não são as vozes que devem ser ouvidas neste debate, pois estão com a sanidade comprometida.

Considerações finais

Os feminismos negro e descolonial fizeram a importante contribuição ao movimento feminista de abrir sua lupa de interpretação do mundo, mostrando que especialmente em países como o Brasil a questão racial é um viés que não pode ser esquecido ou desvalorizado, pois possui um caráter estrutural, e a colonização determinou o modo que as hierarquias de gênero operam no território. O que permite, inclusive, que se pense a prostituição para além da sexualidade e da exploração sexual, como faz o movimento de prostitutas, que se caminhe para uma visão mais complexa.

Em constante construção e transformação, a articulação entre o movimento de prostitutas e feministas fortalece a luta de todas as mulheres e merece ser aprofundada. Afinal, a luta do movimento de prostitutas por melhores condições de trabalho em uma ocupação majoritariamente feminina é uma pauta feminista (PRADA, 2018).

As aproximações aqui levantadas trazem muito em comum entre o movimento de prostitutas e o feminismo negro. As condições precárias de reprodução material e o silenciamento das vozes periféricas marcam as experiências das mulheres não-brancas e das prostitutas. A articulação entre o movimento de prostitutas e os feminismos com certeza enriqueceria o debate sobre a sexualização dos corpos das mulheres, sobre os postos de trabalho precarizados e sobre o silenciamento de vozes. Na cidade de Campinas – SP, grupos feministas negros são importantes parceiros da Associação Mulheres Guerreiras de profissionais do sexo, e a atuação conjunta que realizam nas periferias da cidade é muito valiosa para o movimento feminista, alcançando mais mulheres para a luta pelo fim das opressões.

Referências bibliográficas

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Não sou uma mulher? Revisitando a interseccionalidade. In:

BRANDÃO, Izabel et al. (orgs.). *Traduções da cultura*. Perspectivas críticas feministas (1970-2010). Maceió, Florianópolis: EdUFAL, EdUFSC, 2017. p. 661-684.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 4211/2012*. Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829> Acesso em 10 fev. 2018.

CARNEIRO, Sueli. “Gênero e raça”. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Ed. 34, 2002. p. 167-193.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Disponível em:

<www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/> Acesso em 14. fev. 2018.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan, *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GÓES, Juliana Moraes de. Corpo, autonomia e associativismo: a participação das prostitutas da Guaicurus. 2017a. 144 f. *Tese* (mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GÓES, Juliana Moraes de. O QUE A LUTA DAS PROFISSIONAIS DO SEXO TEM NOS ENSINADO SOBRE A EXPLORAÇÃO DOS CORPOS DAS MULHERES?. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017b. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503847268_ARQUIVO_Artigo-Seminario-Genero-Final-revisado.pdf> Acesso em 15 fev. 2018.

GONZALEZ, Lélia. *Mulher negra*. (1984).

JULIANO, Dolores. *El trabajo sexual en la mira: polémicas y estereotipos*. Cadernos Pagu, Campinas, v.25, 2005, p. 79-106.

KERNER, Ina. *Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo*. Novos Estudos CEBRAP, n.93, jul. 2012, p. 45-58.

KILOMBA, Grada. *Descolonizando o conhecimento*. Palestra- performance. Tradução Jessica Oliveira.

IPEA. *Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014*. Brasília, 2016, 28 p. Nota técnica nº 24.

LEITE, Gabriela. *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

LORDE, Audre. *Textos escolhidos*. Herética Difusão Lesbofeminista Independente, s.d.

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. In: MIÑOSO, Y. E. et al (eds.). *Tejiendo de outro modo: feminismo, epistemologia y apuestas descoloniales em Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 57-73.

MACKINNON, Catharine. *Trafficking, Prostitution and Inequality: A Public Lecture*. University of Chicago. 2011, 97 min., son., color. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=zpYegz1OqHA&t=3222s>> Acesso em 15 fev. 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência no Brasil, In: MARINI, Ruy. Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*, Coleção Pátria Grande, Florianópolis: Insular, 2012.

MAYORGA, Claudia. *Cruzando fronteiras: prostituição e imigração*. Cad. Pagu, Campinas, n. 37, p. 323-355, Dec. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 fev 2018.

MAZZARIOL, Regina Maria. Mal Necessário: ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas. 1976. 244 f. *Tese* (mestrado em Ciências Sociais, área de Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MENDONÇA, Carolina Camarotto. De batom vermelho: o movimento organizado de profissionais do sexo e a regulamentação da atividade. 2016. 56 f. *Trabalho de Conclusão* (Bacharel em Ciências Econômicas). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MENDONÇA, Carolina Camarotto. "PUTA DEI" e as organizações coletivas de prostitutas. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em <http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499477119_ARQUIVO_Carolina_Mendonca_2017_MM_FG.pdf> Acesso em 15 fev. 2018.

OLIVAR, José M. Nieto. *O direito humano de ser puta: uma reflexão sobre direitos sexuais no universo da prostituição feminina em Porto Alegre*. Teoria & Sociedade, n 15. p. 108 - 137. jul - dez 2007.

OYÈWUMÍ, Oyèrónké. *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. CODESRIA Gender Series, Dakar, vol. 1, p. 1-8, 2004.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. 1 ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1993. 347 p.

PISCITELLI, Adriana. *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, 2008, p. 263-274.

_____, Adriana. *Feminismos e Prostituição no Brasil: Uma Leitura a Partir da Antropologia Feminista*. Cuadernos de Antropología Social, Buenos Aires, n. 36, p. 11–31, 2012a.

_____, Adriana. *Revisiting notions of sex trafficking and victims*. Vibrant, Virtual Braz. Anthr., Brasília , v. 9, n. 1, p. 274-310, June 2012b. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43412012000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 fev. 2018.

SALAMI, Minna. *Sete questões chave no feminismo africano*. 2017. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/sete-questoes-chave-no-pensamento-feminista-africano-por-minna-salami/>> Acesso em 11. fev. 2018.

SEGATO, Rita Laura. Gênero y colonialidad: em busca de claves de lectura y de um vocabulário estratégico descolonial. In: BIDASECA, Karina; LABA, Vanesa V. (orgs). *Feminismos y postcolonialidad. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina*. Buenos Aires: Godot, 2011. p. 17-47.

SILVA, Ana Paula da; BLANCHETTE, Thaddeus. *"Nossa Senhora da Help": sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana*. Cad. Pagu, Campinas , n. 25, p. 249-280, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 out.2015.

TAVARES, Aline Godois de Castro. *A Organização da Zona : notas etnográficas sobre relações de poder na zona de prostituição Jardim Itatinga, Campinas - SP*. 2014. 134 f. Tese (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____, Aline Godois de Castro. *Movimento feminista em disputa: paradoxos entre discursos nacionais e práticas regionais acerca do tema da prostituição no Brasil*. CLACSO. 2015. Disponível em <"http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20151225060933/Clacso_Kirkwood_Maria_Flor_final.pdf"> Acesso em 11 fev. 2018.

VIEIRA, Isabela. IBGE: negros são 17% dos mais ricos e três quartos da população mais pobre. *EBC*, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/ibge-negros-sao-17-dos-mais-ricos-e-tres-quartos-da-populacao-mais-pobre> acesso em 04 dez. 2018.